

EDITORIAL

**DOSSIÊ: FORMAÇÃO E PRÁTICAS DOCENTES NA PERSPECTIVA DA
EMANCIPAÇÃO HUMANA**

Organizadores

Maurício Cesar Vitória Fagundes¹

Silvana Cássia Hoeller²

Mary Falcão³

É com grande satisfação que apresentamos aos leitores da Revista Divers@!, o dossiê do v. 15, n. 2 (2022), intitulado de “Formação e Práticas Docentes na Perspectiva da Emancipação Humana”. Este é o segundo dossiê que a revista prepara juntamente com editores parceiros, que tem o objetivo de suscitar temáticas de pesquisas atuais, que contribuem com as diversas áreas do conhecimento que perpassam a interdisciplinaridade na relação com processos educacionais. A revista tem a preocupação em trazer artigos que buscam fazer a reflexão dos caminhos trilhados pelos pesquisadores de diferentes áreas na prática articulada com a formação docente.

O movimento crítico da formação docente na perspectiva da emancipação humana, em torno do ato de conhecer, reconhecer e reconhecer-se como sujeitos históricos, abre possibilidades para o exercício e fazeres políticos, onde estudantes e docentes, sujeitos histórico-sociais, que têm um papel político e uma responsabilidade pedagógica frente ao seu meio social, podem romper/superar com o instituído e produzir um novo conhecimento ou um conhecimento com um novo sentido, portanto um novo anúncio.

Editorial: Publicado em 20/12/2022

¹ Graduado em História, Especialista em Filosofia, Especialista em Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Mestre, Doutor e Pós-Doutorado em Educação, Coordena o Grupo de Pesquisa Universidade Escola pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), integra a Rede Freireana de Pesquisadores, vinculada à Cátedra Paulo Freire da PUC/SP, Professor Associado da UFPR, Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPR, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Prática/UFPR, Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional em Ciências Ambientais, Setor Litoral (UFPR Litoral), Matinhos/PR, Brasil. e-mail: mauriciovitoriafagundes@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3623-2973>

² Graduada em Engenharia Agronômica, Mestra em Produção Vegetal, Doutora em Educação, Vice Coordenadora do Grupo de Pesquisa Universidade – Escola/UFPR, integra o Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Trabalho, Práxis e Questão Agrária, Professora Titular da UFPR Litoral, Curso de Tecnologia em Agroecologia, Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional em Ciências Ambientais, UFPR Litoral, Matinhos/PR, Brasil. e-mail: silvanahoeller@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5559-3355>

³ Graduada em Pedagogia, Mestra em Educação: História, Política e Sociedade, Doutora em Educação, Integra o grupo de pesquisa Universidade – Escola/UFPR, Professora da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Programa Pós Graduação em Rede Nacional em Ciências Ambientais UFPR Litoral, Paranaguá/PR, Brasil. e-mail: mayfalcai@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5219-3586>

A prática pedagógica participativa, do ponto de vista da dimensão ético-política do pensamento freireano, se organiza na compreensão da autonomia, entendida na dinamicidade da percepção da humanidade dos seres humanos como fazedores de coisas, transformadores, contempladores, falantes, sociais, produtores de saber.

Embora pareça redundante dizer que a autonomia se constitui como processo de humanização emancipadora, no entanto, a perspectiva do ser humano vir a tornar-se sujeito de decisão demanda a busca pela boniteza e pela moral, ingredientes necessários à construção de processos de autonomia social, configurada na liberdade ou na luta por sua reconstituição.

Os processos e as práticas da formação docente constituem uma temática que nos inquieta como pesquisadores, na perspectiva da emergência de buscar diálogos que repensem o cotidiano da escola, bem como a prática escolar, a partir da realidade dos sujeitos que se fazem presente nas comunidades.

Na intencionalidade de tornar visível as pesquisas e reflexões da temática do dossiê, reunimos 11 (onze) artigos que tramam diferentes perspectivas de contribuições cruciais para a educação, que buscam apontar caminhos de valorização, inspiração, superação, ineditismo e socialização, nas seguintes áreas: formação continuada e permanente; gestão democrática; educação popular; organização escolar; e agroecologia. Organizamos essas diferentes perspectivas de pesquisa, trazendo como eixo articulador e problematizador a temática do dossiê. A sinalização dessa construção, ficou explicitada no modo sequencial do dossiê, que busca trazer a totalidade na relação com as partes, sem perder o contexto que ancora a temática.

Nessa expectativa, trazemos o **primeiro** artigo que integra este dossiê, traz um trabalho de um pesquisador Angolano, que pauta a construção da escola democrática no país de origem, com a caracterização da escola pública, fazendo um recorte da Colônia à Quarta República, no que concerne o seu caráter democrático. A referência para o estudo, foi a Escola de Formação de Professores de Ondjiva. O autor tece um processo histórico arraigado em diversas contradições que o país apresenta, concluindo que se enfrenta dificuldades para implementar uma escola com gestão democrática, principalmente porque diversos cargos são fruto de nomeações do governo. Esse trabalho reflete as diversas condições educacionais temporais que passam os regimes, nos permitindo a reflexão sobre a nossa perspectiva de nação brasileira, que vive ainda uma jovem democracia e enfrenta desafios complexos.

No **segundo** trabalho, os autores trazem um estudo por meio da metanálise, que tem como foco indagar o que sinalizam as pesquisas em formação continuada e/ou permanente

docente, quando construídas no diálogo com a educação popular, no âmbito do Brasil e América Latina. Trazem as teses e dissertações com um recorte temporal de 2016 a 2019. Ao final, os pesquisadores identificam/ e ou problematizam que a formação continuada docente tem significativa relevância na práxis pedagógica, quando constituída por meio do diálogo, em que a escuta dos sujeitos envolvidos sobre as reflexões das realidades, culmina um exercício emancipatório. Essa retomada das produções realizada tanto no Banco Digital de Teses e Dissertações como no banco da CAPES, nos suscita a refletir a importância de estudar, o que está sendo pesquisado pelas diversas universidades e os avanços e desafios que por hora estão em acúmulo pelas instituições.

O **terceiro** artigo nos brinda com a temática da gestão democrática, como parte do processo de emancipação humana, podemos perceber na pesquisa que tem um arcabouço teórico que possibilita a reflexão sobre a emergência de espaços com diálogo. Nessa perspectiva, a formação dos sujeitos deve ser fundamentada em uma educação emancipatória. Essa análise qualitativa contribui com a compreensão de conceitos e princípios para os processos que fundamentam as práticas de gestão que envolvem um engajamento político e autônomo, compreendendo essa ação como condição para emancipação dos sujeitos da escola. Este estudo sinaliza que a gestão democrática na escola é um mecanismo de extrema importância no sentido de dar voz ao indivíduo, uma vez que nos elementos evidenciados contribuem para reafirmar a gestão como espaço do exercício democrático na radicalização da democracia.

O próximo estudo, podemos colocá-lo na posição **de número 4**, traz dados sobre os limites, fragilidades e avanços da gestão democrática. Tem como lócus o município de Araucária, no Paraná. O trabalho aponta a necessidade de investimentos em formação continuada, que tenham na sua essência a gestão democrática com respeito a igualdade e as diferenças dos sujeitos. Esse trabalho retrata um levantamento localizado, mas sem esquecer os processos globais, o que ajuda na compreensão de como os processos emancipatórios na gestão democrática se concretizam. O estudo sinaliza como possibilidade de enfrentamento das fragilidades e limites da gestão democrática escolar na perspectiva da emancipação humana, a necessidade da formação permanente em gestão democrática, possibilitando uma educação pública inclusiva, em que se respeite as diferenças, de forma equitativa, sob uma ótica justa e que respeite a igualdade de direitos do coletivo e de qualidade em que se revele sua essência

através do diálogo, da democracia e da participação de cada um em prol de toda uma comunidade.

O **quinto** estudo, traz as relações entre as políticas públicas, fundamentada no marco legal da Educação Nacional com a formação de professores e os princípios do marco de referência da educação popular para as políticas públicas do ano de 2014. O estudo ressalta a importância da Educação Popular por dentro das políticas públicas, dando um sentido organicidade, com isso apresenta um quadro comparativo que possibilita a compreensão dos limites e fragilidade, bem como os desafios diante da totalidade para uma educação planetária. Destaca as convergências entre o Marco Legal da Educação Nacional com as competências nacionais da formação em Pedagogia, acentuando possibilidades para a defesa dos princípios da Educação Popular por dentro da política pública da Educação chegando ao chão das escolas. Como objetivo específico o estudo pretende, através desta relação, estimular à práxis no cotidiano dos sujeitos escolares, retomando possibilidades mais participativas e libertárias para os processos de formação, planejamento e vivências sociais, contidas desde os documentos legais pós Constituição de 88 e inerentes à Educação Popular décadas antes.

Temos no dossiê um **sexto** estudo que traz a organização do trabalho pedagógico em tempos de Covid 19, nas vozes de educadores (as) da escola pública Traz a compreensão das dificuldades com o trabalho remoto, durante a pandemia, que aprofundaram e agravaram as desigualdades sociais no ambiente escolar. Além, de identificar uma sobrecarga aos gestores e educadores (as). As autoras destacam que as desigualdades existentes nas escolas com o trabalho remoto, durante a pandemia, aprofundaram e agravaram as desigualdades sociais e escolares, fato que resultou em responsabilização e sobrecarga para professores e gestores das instituições de ensino durante esse período. Percebem que para retomada dos conteúdos serão necessários investimentos e políticas públicos consistentes nesta direção, como caminho de superação das fragilidades criadas e daquelas que foram acentuadas no momento da pandemia.

O **sétimo** trabalho busca trazer a relação da formação continuada com as decolonialidades. Considera que muitos dos conceitos que se utiliza para fundamentar as práticas educacionais estão arraigados em visões colonizadoras, e que dificultam refletir sobre uma educação emancipadora, fundamentada na educação popular. Nessa perspectiva, experencia um processo de formação docente em que traz as percepções e reflexões que tangem a discussão das decolonialidades, nos desafiando a repensar as práticas na educação, ao mesmo tempo, colocando a emergência de construir uma educação emancipadora. Acredita a autora

que a formação continuada na perspectiva decolonial, possibilitará aos professores e professoras refletirem sobre o papel do ensino, pesquisa, extensão e gestão, possibilitando a amplitude de reflexões, motivação e novas práticas descentralizadas, além da troca de conhecimentos, a fim de aprimorar suas habilidades e competências para a sua evolução enquanto pessoas, cidadãos e gestores de um determinado espaço escolar.

O próximo estudo de número **oito (8)** faz é um ensaio teórico que busca aproximações da obra de Paulo Freire, a “Pedagogia do Oprimido”, com dificuldades enfrentadas atualmente, frente a um contexto neoliberal. A autora analisa as concepções de Educação que atendem o projeto de Educação Progressista, destacando concepções de Educação emancipadora e opressora, à luz das teorias do regime militar na relação com as práticas do governo neoliberal, na contextualização dos enfrentamentos e contradições das políticas educacionais da atualidade. Ressalta-se nessa leitura crítica, a necessidade da formação de professores na perspectiva da Educação Popular e Educação Integral, com princípios emancipatórios. Nas discussões a autora percebe que as dificuldades apontadas por Paulo Freire, persistem e ainda são similares ao enfrentamento atual, trazendo a Educação Popular como uma possibilidade de caminho. Autora conclui com a clareza de que urge por mais pesquisas nessa temática, para que os educadores e educadoras possam não só denunciar, mas anunciar, e também mobilizar a classe docente para o enfrentamento das práticas neoliberais, de modo a caminhar rumo a uma Educação Emancipatória, a qual realiza-se com sujeitos educadores emancipados.

Esse **nono** artigo problematiza e defende a Educação Popular, como instrumento emancipatório na formação de docentes de escolas públicas do ensino fundamental. A Educação Popular é vista como inspiradora das formações dos docentes das redes da educação pública, defendendo a sua implantação como política pública para o Estado, questionando nesse viés a opção que as escolas municipais e estaduais fazem pelo sistema apostilado, que tem como foco a transmissão de conhecimento institucionalizado. A ideia é fazer uma reflexão que tensione para uma educação emancipatória, utilizando-se de uma visão dialógica e da criticidade na construção de uma formação popular. As autoras defendem a formação docente à luz da Educação Popular como uma possibilidade inovadora através de uma de políticas públicas que promovam a transformação de um ser emancipado e de uma sociedade ética frente a questões de legitimação do sujeito.

O **décimo** artigo que compõe o nosso dossier com a temática do diálogo como principal ferramenta para práticas emancipatórias de educação ambiental, realizadas por meio da

extensão universitária. Trata-se de um relato de experiência vivenciada em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) situado na cidade de Matinhos, litoral do Estado do Paraná, em 2022. Faz parte das ações de dois projetos de extensão universitária realizados no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR Litoral), denominados “Paisagem Local como Recurso Pedagógico de Educação Ambiental” e “Agroecologia nas Escolas: Saberes Populares e Educação Ambiental”. O trabalho resultou das interações entre docentes e estudantes do Setor Litoral da UFPR (principalmente da área da agroecologia), integrantes dos projetos, com a equipe que atua no CMEI. As reflexões proporcionadas pela experiência são capazes de chamar para transformações concretas na sociedade pela educação emancipatória.

O **último** trabalho, vem buscando consolidar a temática da agroecologia relacionada a educação, que teve com principal desafio a pandemia de Covid 19, portanto, resultou que as reflexões acabaram acontecendo no espaço virtual. Apesar da distância entre os pares, a experiência realizada na Escola do Campo Municipal Rui Barbosa, no município de Araucária (PR), integrou a temática da Agroecologia ao planejamento da rede de ensino. A experiência demonstra que foi possível durante a pandemia, transformar a escola em um espaço acolhedor para seus estudantes e comunidade sem deixar de atender aos Componentes Curriculares obrigatórios do ensino fundamental. As atividades propostas pela escola, promoveram o diálogo e a participação das famílias, dos docentes e de toda a comunidade escolar. O planejamento coletivo, e o desenvolvimento das ações foram, também, o resultado de um processo dialógico que envolveu docentes e funcionários da unidade. Percebe-se nesse trabalho o comprometimento, protagonismo e responsabilidade dos sujeitos que participam das aulas e das atividades, bem como estímulo à curiosidade crítica e a emancipação.

Desejamos a tod@s vocês uma boa leitura!

Editores Chefes

Diomar Augusto de Quadros, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil

Paulo Eduardo Angelin, UFPR, Brasil

Bibliotecária-Documentalista

Simone Ferreira Naves Angelin, UFPR, Brasil

Editores Associados

Elsi do Rocio Cardoso Alano, UFPR, Brasil

Gabriela Schenato Bica, UFPR, Brasil

Silvana Cassia Hoeller, UFPR, Brasil

Secretaria Executiva

Valéria dos Santos Oliveira, UFPR, Brasil

Diagramação

Diomar Augusto de Quadros, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil